

“RUMO À CIDADE”: trajetórias laborais de mulheres migrantes em contextos rurais

“TOWARDS THE CITY”: labor trajectories of migrant women in rural contexts

Guélmer Júnior Almeida de Faria

Doutorando em Desenvolvimento Social
Universidade Estadual de Montes Claros-MG/UNIMONTES.
guelmerjrf@yahoo.com.br

Maria da Luz Alves Ferreira

Doutora em Ciências Humanas
Docente do Departamento de Ciências Sociais e Política
Universidade Estadual de Montes Claros-MG/UNIMONTES.
mdaluz@oi.com.br

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

Doutora em Geografia
Docente do Departamento de Ciências Sociais e Política
Universidade Estadual de Montes Claros-MG/UNIMONTES.
andreapirapora@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo principal deste artigo é analisar as migrações internas rurais-urbanas pelo segmento feminino quanto à sua inserção no mercado de trabalho doméstico urbano. O percurso metodológico desenvolveu-se através da conjugação de análise teórico-conceitual, feita por um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, dialogando com a pesquisa qualitativa, em que se realizaram entrevistas em profundidade com seis mulheres migrantes, empregando um roteiro de entrevista individual. Quanto às novas relações sociais é comum encontrar, entre as migrantes rurais, as redes de apoio que atuam na socialização destes migrantes na sociedade de destino (espaço urbano). Percebe-se, neste estudo, o papel das redes de parentesco na efetivação do projeto migratório, seja através das experiências migratórias conhecidas, seja pelo incentivo da vinda de outros familiares. Nesta pesquisa, elas são as pioneiras no movimento migratório familiar, contribuindo para novas expressões das ruralidades como o esvaziamento dos distritos, êxodo feminino, o envelhecimento e a “masculinização” do meio rural, comprometendo a sucessão da agricultura e contribuindo para o *déficit* de matrimônio.

Palavras-chaves: Migrações rurais-urbanas. Mulheres. Mobilidade. Trabalho feminino. Reprodução.

Abstract

The main objective of this article is to analyze internal rural-urban migrations by the female segment regarding their insertion in the urban domestic labor market. The

methodological path was developed through the combination of theoretical-conceptual analysis, done by a bibliographical survey and field research, dialoguing with the qualitative research, depth interviews were carried out with six migrant women, using an individual interview script. About the new social relations, it is common to find among the rural migrants the support networks that act in the socialization of these migrants in the destination society (urban space). The role of kinship networks in the implementation of the migratory project, through the known migratory experiences or the encouragement of the arrival of other relatives, is perceived in this study. In this research, women are the pioneers in the family migration movement, contributing to new expressions of ruralities such as the emptying of the districts, female exodus, aging and “masculinization” of the rural milieu, compromising the succession of agriculture and the marriage deficit.

Keywords: Rural-urban migration. Women. Mobility. Women’s work. Reproduction.

INTRODUÇÃO

A partir do início dos anos 90 a feminização dos fluxos migratórios acentuou-se. Durante muito tempo a migração das mulheres efetuou-se no quadro do reagrupamento familiar. Hoje, em sua maioria, e à semelhança da migração dos homens, esta tem como objetivo o trabalho.

Frequentemente, a migração é uma forma de libertação das mulheres e lhes traz benefícios significativos em seus rendimentos, e em seus níveis de participação e de educação. Porém, são demasiados os casos em que a migração também lhes proporciona riscos de exploração e duras condições de trabalho e vida (PNUD, 2009).

Para Damiani (1991), as migrações internas – rural-urbana, rural-rural – comprovam o processo de expropriação (a concentração da propriedade) e de exploração, que marcam o desenvolvimento do capitalismo em países como o Brasil.

Valim (1996) analisou que, além dos fatores de atração para as cidades, havia os de expulsão do trabalhador rural. Entre estes, a expansão da pecuária e da monocultura, a modernização dos instrumentos e meios de trabalho na agricultura, além das causas naturais (como a seca).

Evidencia-se que a modernização do campo foi calcada em um modelo de desenvolvimento concentrador de renda. A urbanização incentiva a modernização da agricultura, baseada na produtividade, na melhoria da tecnologia agrícola, no uso de maquinaria e na utilização de menor número de trabalhadores. O desenvolvimento da agricultura passa a depender da dinâmica da indústria. Nesse processo, as modificações

são irreversíveis tanto na base técnica, quanto no processo de trabalho através da passagem da subordinação indireta à subordinação direta do trabalho ao capital.

Consequentemente, torna inviável a autossuficiência dos pequenos e médios empreendimentos rurais. Portanto, o êxodo rural contribui significativamente para a impossibilidade de as pessoas produzirem sua existência. Abramovay e Camarano (1999) chamam a atenção para os jovens que estão mais predispostos a deixar o meio rural, principalmente as mulheres.

Assim, Regina Santos (1994) revela que essas pessoas não conseguiam mais ter o trabalho garantido no campo, nem condições mínimas para sobrevivência, porque perderam a propriedade ou a posse. Outros, ainda, que não possuíam terras para plantar, trabalhando para terceiros, perderam empregos e, não conseguindo outro, foram obrigados a sair para encontrá-lo em novo lugar, geralmente nas médias cidades.

É claro que qualquer processo de industrialização implica uma ampla transferência de atividades (e, portanto, de pessoas) do campo às cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a se dar a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais (SINGER, 2010).

Para Ravenstein apud Lobo e Matos (2011, p. 87), as grandes cidades “proporcionam facilidades tão extraordinárias à divisão e à combinação do trabalho, ao exercício de todas as artes e à prática de todas as profissões que, a cada ano, um número maior de pessoas nelas possa habitar”.

As desigualdades de gênero oriundas do meio rural afetam as mulheres, cujo trabalho é visto como extensão das atividades “domésticas” ou como “ajuda”, as quais não são consideradas remuneratórias, pois nem mesmo são consideradas como trabalho. Somam-se desigualdades sociais que, para Siliprandi e Cintrão (2015), referem-se às condições específicas das zonas rurais, especialmente nas regiões mais pobres do país, que impactam sobremaneira a vida das mulheres, tais como as carências de infraestrutura e de acesso a políticas públicas.

Historicamente, as políticas públicas para o meio rural, no caso da agricultura familiar, têm tido um caráter produtivista e focado na melhoria econômica das “unidades familiares”, pensadas como uma célula única, sem levar em consideração as especificidades e as relações de poder existentes no interior das famílias, sejam elas de gênero ou geração. Prevalecem, tanto no âmbito público quanto privado, uma visão patriarcal, de que cabe primordialmente ao chamado “chefe da

família” (homem) a interlocução com o Estado e com a sociedade em geral. Via de regra as políticas para a agricultura familiar priorizam a produção e as mulheres rurais são excluídas tanto da negociação quanto da execução destas políticas (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 572).

Diante deste cenário, para as mulheres migrantes que deixam o campo rumo aos grandes centros e com um nível de qualificações profissionais baixo, as oportunidades no mercado de trabalho tendem a concentrar-se em atividades ligadas à prestação de cuidados, ao trabalho doméstico remunerado e ao setor informal.

O objetivo principal deste estudo é analisar as migrações internas rurais-urbanas pelo segmento feminino quanto à sua inserção no mercado de trabalho doméstico urbano.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

A proposta teórico-metodológica deste artigo, através de uma abordagem qualitativa, dialoga com as diferentes áreas das Humanidades. Na visão de Paula (2009, p. 33), “a abordagem qualitativa na pesquisa tem como marca o saber do outro, significando uma possibilidade de interação entre os sujeitos que pesquisam e os sujeitos que são possuidores de histórias que possam ser desveladas”.

O aporte teórico adotado é o fenomenológico; segundo Marandola Junior e Dal Gallo (2010): em termos fenomenológicos, a atenção recai sobre a forma como o fenômeno aparece na experiência.

Como assinala Brito (2012), dadas as diferenças estruturais entre os setores rural e urbano da economia, é de importância decisiva a transferência de mão de obra entre os dois setores. Todavia, menciona Todaro (1980) que há um equívoco quando se considera que esse processo ocorre em um só estágio. Afirma que, devido ao subemprego e desemprego generalizados nos países em desenvolvimento, nem sempre o trabalhador migrante do setor rural, sem qualificação, poderá encontrar emprego permanente e bem remunerado no setor urbano.

Na teoria de Singer (2010), as migrações são historicamente determinadas segundo a modalidade da industrialização. Como o progresso técnico impõe uma racionalidade econômica à industrialização capitalista, gerando economias de aglomeração, reorganizando espacialmente as atividades econômicas, as migrações

internas tornam-se economicamente necessárias. Elas são, realmente, um mecanismo de redistribuição da população segundo os interesses do processo de industrialização.

Nessa perspectiva, os migrantes são uma classe em movimento e são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se, assim, em um processo social determinante. No caso das regiões em desenvolvimento, os desequilíbrios regionais, que se intensificam com o próprio processo de industrialização, são causas fundamentais nesse processo social (BRITO, 2012).

METODOLOGIA

O local da pesquisa foi o Distrito¹ de Muquém localizado no município de Mirabela-MG. O Distrito é circundado pelos povoados de Vereda, Ana Gonçalves, Fiúza, Mata Barroca e Passagem de Cima. Muquém dista 14 km da área urbana de Mirabela e fica a 76 km do município de Montes Claros (cidade que funciona como uma central de serviços para a região). A opção por realizar a pesquisa em Muquém deve-se ao fato de nessa localidade não haver estudos sobre o tema e, segundo Silva, Silveira e Fonseca (2010), o desemprego ser maior entre os jovens, que são obrigados a migrar para outras localidades em busca de emprego. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente em 2010 era de 1.973 habitantes, dos quais 1.025 eram homens e 948 mulheres. Esses dados podem indicar uma masculinização no ambiente rural e a consequente migração de mulheres. Em 1991 havia 1.040 mulheres, em 2000 o número de mulheres teve uma queda para 957 (FARIA, 2014).

A comunidade de Muquém em Mirabela-MG foi escolhida como recorte espacial da pesquisa, pois, segundo Fonseca (2010, p. 2), “no pequeno município de Mirabela, inserido no norte de Minas Gerais – região sudeste do Brasil - as migrações fazem parte do cotidiano da população desde o início da ocupação e formação do município, sendo uma ocorrência tanto intra como interestadual”.

Em termos amostrais, o Distrito foi selecionado intencionalmente em virtude das especificidades dadas pelas atuais conjunturas em que o urbano-rural se entrelaçam. Conforme já demonstraram Silva, Silveira e Fonseca (2010) sobre as percepções e reflexões sobre o contexto da localidade, Muquém apresenta características urbanas na sua espacialidade, mas há a predominância do rural. O modo de vida dos habitantes é

rural, com as relações voltadas para as atividades primárias e com base na unidade familiar enquanto lar e produtora dos bens necessários para a reprodução da vida.

Diante desse cenário, a coleta de dados do estudo foi sustentada na observação participante, em estar no lugar e observar o cotidiano das relações sociais estabelecidas com os sujeitos da pesquisa, e na realização de entrevistas em profundidade com as informantes com o intuito de entender os fenômenos migratórios e de mapear suas implicações sobre a migração de mulheres jovens para o trabalho como empregadas domésticas no meio urbano.

As mulheres entrevistadas têm idades compreendidas entre os 20 e os 28 anos, a primeira migração aconteceu entre os 16 e 19 anos, até o presente ciclo vital, essas migrações são consideradas permanentes. A maioria é natural de Mirabela-MG e uma é natural de Patis-MG. Em relação ao estado civil, duas são casadas e quatro solteiras. Os rendimentos mensais variam de 800,00 a 900,00 reais. A formação escolar está compreendida entre o Ensino Fundamental Incompleto e o Ensino Fundamental Médio; algumas delas começaram uma formação técnica, no entanto não concluíram, ficando sempre a promessa de “um dia” retornar.

ENTRE RURALIDADES E URBANIDADES: do “*clima rural*” às características urbanas

O discurso em torno da qualificação do que é urbano e rural no Brasil se apresenta sob diferentes vertentes. Nesta seção, procura-se delimitar a questão, trazendo à tona a diferenciação desta qualificação para o fenômeno estudado, a migração. Neste sentido, a delimitação espacial se sobrepõe à delimitação econômica.

Durante os primórdios da Revolução Industrial, o rural foi *locus* das primeiras indústrias, com o avanço tecnológico e, do comando das forças produtivas e do aparato industrial, emerge a “urbanização da industrialização”. A partir daí, a própria industrialização provoca aceleração do processo de urbanização, devido a sua grande oferta de empregos, agora urbanos (CÔRTEZ, 2013).

Aliado a isso, Graziano da Silva (1997) aponta a possibilidade de implantação do aparato industrial nas cidades, reforçando a separação entre cidade e campo. Podemos concluir então que, a partir da possibilidade de implantação da indústria nas cidades, começam os discursos dicotômicos que dão a ideia de progresso à cidade e de estagnação

ao campo. E se entende que a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Entende-se que o meio rural brasileiro se urbanizou e intensificou sua rede de relação com o urbano nas duas últimas décadas, por um lado como produto do processo de industrialização da agricultura e, por outro lado, pela extensão do mundo urbano no meio rural. Em Graziano da Silva (1997) encontra-se o seguinte esclarecimento para este processo: dois fatores contribuíram para isso, a industrialização da agricultura e o transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura - que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno – integrou-se ao restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Tabela 1. Taxa de urbanização no Brasil, 2010.

| Período | Taxa de urbanização |
|----------------|----------------------------|
| 1940 | 31% |
| 1950 | 36% |
| 1960 | 45% |
| 1970 | 56% |
| 1980 | 68% |
| 1991 | 76% |
| 2000 | 81% |
| 2007 | 83% |
| 2010 | 84% |

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Org.: Guélmer Faria, 2015.

A urbanização brasileira intensificou-se a partir dos anos 1940/1950 conforme Tabela 1, levando ao êxodo rural e impulsionada pelo desenvolvimento industrial que fortaleceu a atração populacional para as cidades e dinamizou as atividades comerciais e de serviços. Entretanto, a industrialização por si só não explica a urbanização, pois ela

não gerou os empregos necessários para receber o grande número de migrantes que deixaram o espaço rural rumo às cidades.

No dizer de Sposito (2006), o estabelecimento da divisão social do trabalho e de relações de poder tem como condição e consequência a constituição de espaços diferentes entre si – cidade e campo – assim como papéis distintos de relações entre as sociedades e os espaços apropriados e transformados.

De acordo com Santos e Silva (2010, p. 355):

Para os trabalhadores rurais restaram as opções da migração para os grandes centros ou a submissão a condições degradantes de trabalho no campo, em sua maioria. Cabe salientar que a proletarização do homem do campo foi realizada no Brasil com o agravante da ausência de um mínimo de garantias sociais vigentes nos centros urbanos. Mesmo com a extensão legal dos direitos trabalhistas para o meio rural, na prática, de forma geral, os trabalhadores rurais brasileiros estão submetidos a condições de trabalho desumanas, incompatíveis com uma sociedade de direitos.

Deste modo, não há dúvida, os migrantes veem a mobilidade espacial como possibilidade de inserção sócio-ocupacional na sociedade. Neste sentido, a migração se reveste de estratégia de sobrevivência e como uma forma de garantir sua posição na estrutura social.

Logo, a cidade é marcada pela concentração, local de contato social, onde os símbolos e os significados ganham maior amplitude; para Williams (1990, p. 11), “o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtude simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz”. Este espaço marcado por atitudes e valores próximos, tais como: encontro, proximidade, comunicação, especialização e complementariedade de papéis e funções. O campo se expressa pela extensão e dispersão, requer reciprocidade, compadrio, laços sociais, diferenciado.

A apreciação de Williams (1990) incide sobre a atuação do capitalismo sobre a relação campo-cidade, sobressaindo o conhecimento do campo na constituição desse modo de produção. Todavia, não obstante a cidade ser a representação mais explícita do capitalismo, no campo ocorreram os cercamentos com o aumento da produtividade; os deslocamentos do excesso de população para a cidade dariam eventualmente origem ao proletariado.

Assim, a complementariedade entre campo/rural e cidade/urbano se dá pela organização da vida social, como caracteriza Singer (2010, p. 96):

Na medida, portanto, em que a economia urbana exclui o contato direto com a natureza, a cidade não pode ser economicamente autossuficiente e, de fato, quase nunca o é. O campo, pelo contrário, inclui, entre as atividades que nele se realizam, as primárias, o que lhe permite, em princípio, ser economicamente autossuficiente. Desta maneira, a cidade praticamente sempre depende do campo para sua subsistência, enquanto o campo só depende da cidade a partir de um certo grau de especialização das atividades que nele se desenvolvem. Mais especificamente, apenas quando no campo a atividade primária se torna a única ou quase isso é que ele passa a depender dos produtos da cidade do mesmo modo que esta depende dos produtos do campo.

Dado esse caráter, cidade e campo podem ser entendidos como modos distintos de organização da vida social e de reprodução. Singer (2010), quando afirma que a cidade, para poder existir, tem de dominar o campo para dele extrair um excedente, refere-se à intrínseca relação biunívoca de dependência de um em relação ao outro.

A recente literatura vem apontando que, nas últimas décadas, o impacto da especialização e do avanço tecnológico tem contribuído para a “urbanização do campo”.

Para Belusso (2008, p. 114),

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura agravou a concentração fundiária. Por essa via do desenvolvimento (entendido como crescimento econômico) a agricultura brasileira seguiu a lógica da fronteira agrícola (ocupação e colonização de novas áreas) associada à tendência de industrializar matérias-primas agrícolas.

No dizer de Graziano da Silva (1997, p. 45), “a fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia no aspecto demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como relação social de produção”.

Deste modo, pode ser pensado como frente pioneira, espaço de criação do novo, reprodução extensiva/intensiva e territorial. A fronteira econômica posta a serviço do capital como regulador da subordinação do campo.

Do ponto de vista de Martins (1996), fronteira é o lugar da alteridade (o outro – diferente) e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. Desse modo, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos. A

frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, às novas concepções de vida, à mudança social.

Em poucas palavras, Graziano da Silva (1997) definiu o meio rural brasileiro como a introdução do processo de industrialização da agricultura, via urbanização. Logo, o desenvolvimento no meio rural,

Obedece a uma gradativa urbanização, com as características que lhe são próprias, tais como a sua industrialização, modernização da produção, melhorias na infraestrutura, e todos os bônus e ônus advindos com o processo de urbanização das grandes cidades do nosso país. O espaço do rural e a sua imagem estavam fortemente ligados à ideia do ausente, do precário e do obsoleto. Sua construção dava-se a partir da comparação com o urbano, ou seja, reduzia-se o meio rural ao que não fosse urbano, como uma imagem negativa, frente à realidade existente. Nos dias atuais, não podemos mais delimitar com precisão física o espaço rural e urbano pautado, apenas, na dicotomia urbano/rural como “lôcus” de produção diversificada (JALIL, 2006, p. 17-18).

Portanto, o debate sobre a relação urbano-rural se reveste de variadas dimensões, e tem demonstrado um campo de possibilidades para compreender como são operadas as transformações no espaço e suas imbricações na sociedade. De acordo com Mota e Schmitz (2002), desde os precursores da Sociologia, a concepção da mudança social já era discutida, tendo por parâmetro a oposição rural/urbano.

O espaço como caracteriza Pereira (2010, p. 71) advém, “por notórias mutações que vão do local ao global, influenciando a dinâmica da sociedade e denotando novas configurações territoriais cada vez mais complexas”, intervindo nas relações sociais e no cotidiano das pessoas.

Desse modo, Santos (2006) defende o espaço como sendo a realidade em movimento. E o território é definido por relações de poder, porção do espaço apropriada, delimitada e usada por um grupo social ou indivíduo (é a matriz da vida social, econômica e política). E, para tanto, o lugar se expressa como a vivência de um determinado grupo humano, ambiente em que há sensação de pertencimento, identidade e afetividade.

Candiotto e Côrrea (2008, p. 216)

Definem o espaço rural como um modo particular de utilização do espaço e da vida social. Os atributos definidores do rural para Kayser envolvem a baixa densidade populacional e técnica; o predomínio de paisagens com vegetação, e de atividades agro-silvo-pastoris; e uma forte identidade territorial coletiva, que busca afirmar o rural como espaço distinto do urbano.

Em Wirth *apud* Endlich (2006), o urbano é visto como um modo de vida, alegando que a urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade. Esse modo de vida concretiza-se além dos limites das cidades, através do encantamento em relação às influências que estas exercem por meio do poder.

Nesse sentido, a concepção de urbano como modo de vida vai solapando o modo de vida rural, como se o rural fosse algo a ser superado. Afirma Wirth *apud* Endlich (2006, p. 19) que “a vida rural levará a marca do urbanismo, à medida que sofre a influência das cidades através de contato e comunicação”.

O contato urbano se expressa pela disputa de forças, poder da proximidade que move a força social da produção. A comunicação envolve interação subjetiva, através de atividades simbólicas. Assim, qualquer que seja a influência, o que é matéria de preocupação são os alcances do urbano. Como aponta Endlich (2006, p. 20), “o urbano irradia-se a partir da cidade e atinge territorialmente os limites das influências dela”.

Favareto (2007, p. 184) explicita seus pressupostos dizendo:

A oposição campo–cidade se desloca para a contradição rural–urbano. Enquanto a primeira diz respeito ao contraste entre espaços, sendo os campos o lugar de realização de atividades predominantemente primárias, destacadamente a agricultura, na segunda o estatuto fundante da distinção, desloca-se para o grau de artificialização desses espaços e seus impactos para os modos de vida, exigindo assim uma abordagem capaz de combinar critérios ecológicos com outros de caráter social e econômico.

No entanto, observando a perspectiva histórica, na qual se reconhece o avanço do capitalismo, a concentração da terra e a produção agrícola, percebe-se um controle do urbano em relação ao rural. Consoante a isso, a crítica de Léfèbvre (2001) sobre o espaço urbano afirma que “não há nem germe nem a possibilidade de uma luta de classes. Fato que retira desde o princípio dessa estrutura social o dinamismo e o futuro histórico, não sem lhe conferir outros atrativos, os de uma requintada urbanidade” (LÉFÈBVRE, 2001, p. 68).

Rua (2007) afirma que urbanidades em áreas rurais seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador (nem sempre de origem urbana ou metropolitana, embora influenciadas por essa origem), sem que, por isso, fossem identificados tais espaços como urbanos.

Entretanto, essa distinção entre campo e cidade como formas no espaço tende a explorar o rural e o urbano como conteúdos sociais. Ou seja, quanto às expressões “agrário”, “rural”, “urbano”, como exemplifica Biazzo (2008, p. 139), “deixariam de ser utilizadas indiscriminadamente, na medida em que o uso do território pode ser agrícola, conter traços de sociabilidade adjetivados de rurais, sem torná-lo especificamente ‘rural’”.

Logo, ao se demarcar o que é cidade e urbano, conseqüentemente, afirma-se o que é campo e rural. Estes dois espaços estão intimamente relacionados pela dependência, pois para o bom funcionamento de um, é necessário, no mínimo, a normalidade do outro. Entretanto, é necessário delimitar as funções, sejam econômicas ou sociais, de cada espaço.

“RUMO À CIDADE”: migração, trabalho doméstico, novas relações sociais e de trabalho

Macabéa, representante das “milhares de moças espalhadas por cortiços” que “não notam sequer que são facilmente substituíveis” (...) (LISPECTOR, 1995, p. 11).

Essa passagem do livro *A Hora da Estrela* de Clarice Lispector narra como pode ser vista a chegada de jovens de zonas rurais nas cidades. Macabéa é o símbolo da menina nordestina que vai “ganhar a vida” em São Paulo. A migrante nordestina que tudo questiona representa uma classe social marginalizada e excluída do mundo letrado, o que a isenta de uma consciência política, social e cultural, vivendo uma realidade imersa no descaso.

Neste sentido, sendo uma presa fácil para a manipulação da sociedade urbana, assim como Macabéa, há milhares de meninas do interior no Brasil que passam por esta situação, o aliciamento aliado ao projeto de “mudar de vida” tendo a expectativa de estudar como pano de fundo.

Durham (1984) aponta que, para uma população originária de uma sociedade de horizontes tão restritos, a migração representa frequentemente um enriquecimento da experiência e da personalidade. Isto se dá especialmente no caso da migração para a cidade, na medida em que o universo urbano é sempre valorizado em relação ao rural.

Quando questionadas como se deu a sua transferência do campo para a cidade algumas falas das entrevistadas foram:

“Deu vontade. Eu via na minha comunidade, toda menina que quer ir estudar arruma um jeito de empregar em casa de família.” (Aparecida, 21 anos).

“Vontade de estudar e trabalhar. Minha mãe dizia que mulher tem que estudar, eu vejo as moças trabalhando de secretaria, atendendo nas lojas, no telemarketing, acho que elas devem ser estudadas.” (Janaina, 20 anos).

“Não foi uma fuga, deu vontade. Tem muita menina que foi e eu também quis”. (Penha, 26 anos).

Percebemos pelos relatos que há jovens com conhecimento sobre as experiências migratórias de conhecidas, que reestabeleceram a vida no novo lugar, passando a incentivar a vinda de seus familiares. Pode-se dizer que, no processo migratório em questão, as implicações econômicas, como relatadas pela maioria das entrevistadas, como a falta e oferta de empregos, não se configuram absolutas às determinações relacionais e culturais. As redes de parentesco contribuem para a efetivação do projeto migratório.

Para Durham (1984), a migração é motivada por insatisfações que são sentidas sobretudo na esfera econômica; é a possibilidade de vir a obter uma colocação satisfatória, isto é, que preencha ou venha preencher, pelo menos em parte, as aspirações do migrante, que condiciona todo o processo de integração na zona urbana.

Em relação às novas relações sociais é comum que as mulheres migrantes se apoiem em pessoas próximas do seu universo para se estabelecer na cidade, são as redes de apoio. São os amigos ou parentes que agem como “intérpretes” do mundo urbano e transmitem a sua experiência pessoal, favorecendo a aprendizagem necessária à integração na vida da sociedade. Quando perguntadas sobre o apoio de alguém na cidade ou participação em algum grupo de apoio, elas disseram:

“A gente não tem um grupo de apoio; às vezes, a gente se encontra, mas é difícil, a gente se fala pelo Facebook®.” (Aparecida, 21 anos).

“Se não fosse uma prima, que me ajudou quando cheguei aqui, ela mora aqui há muitos anos, me ensinou tudo, onde ir, como comportar, até a falar”. (Penha, 23 anos).

O conceito de rede social, segundo Soares (2003, p. 106),

É uma teia de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apoia o movimento de pessoas, bens e informações, que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino, constitui a rede migratória.

Neste sentido, as redes reforçam o processo migratório, que tende a acontecer apoiado nas redes de parentesco e sociabilidade, como afirmam Neto e Nazareth (2012): uma ajuda que pode acontecer tanto na origem (por meio de empréstimos e ajuda financeira para a viagem), quanto no destino, com a viabilização do primeiro emprego e da hospedagem/moradia inicial e, muitas vezes, acontece em ambos.

Do ponto de vista de Costa (2001), as redes de parentesco podem resultar na intensificação dos laços de parentesco entre os já estabelecidos e os recém-chegados, não apenas pelo potencial de mobilização dessas relações para enfrentar as múltiplas carências de um grupo, mas também pela segurança emocional que a convivência familiar proporciona no novo ambiente.

Ao serem abordadas sobre algum parente, amigo ou conhecido em Montes Claros, são os laços de parentesco que se destacam, segundo a fala da entrevistada:

“Tenho parente aqui, minha prima. Nesse mundo a gente precisa aprender as coisas, pra ninguém passar a gente pra trás”. (Janaina, 20 anos).

O que podemos perceber, mesmo com todos os motivos da migração das jovens do Distrito de Muquém, é que, em geral, a efetivação do projeto migratório, especialmente em Montes Claros, deu-se através de redes de parentesco. Pelos relatos, muitas jovens conheciam as experiências migratórias de conhecidas que reestabeleceram a vida no novo lugar, passando a incentivar a vinda de seus familiares. O que chama atenção na comunidade é que a maioria das mulheres casadas, antes de casar, já tinham trabalhado como empregadas domésticas e retornaram ao distrito.

Pode-se dizer que, no processo migratório em questão, as implicações econômicas, como relatadas pela maioria das entrevistadas, como a falta e oferta de empregos, não se configuram absolutas às determinações relacionais e culturais. As redes de parentesco contribuem para a efetivação do projeto migratório. Como caracteriza Angelin (2012, p. 157-158), a compreensão da trajetória de migração das mulheres, por meio de redes, pressupõe que o fenômeno migratório não se limita às determinações

econômicas, mas fundamenta-se numa complexa trama de interações sociais. Isso permite dizer que o processo migratório se constitui num fenômeno de múltiplas dimensões, tais como econômicas, sociais, culturais e territoriais.

Do ponto de vista de Neto e Nazareth (2012), além de questões de ordem mais prática como viabilização de trabalho e hospedagem, entre outros, estas redes têm outras funções essenciais na situação migratória: facilitam a ligação com a terra natal, fazendo a conexão entre os dois lugares; configuram-se como local de memória e de reafirmação da identidade (imaginada) de origem; servem de família ampliada. Questões que proliferam na situação da diáspora (HALL, 2005) e nas relações assimétricas de poder. Há, através das redes, apoio de ordem prática e subjetiva, visando amenizar a sensação de ser o “outro” em terra estranha (LISBOA, 2007).

As análises das entrevistas com os sujeitos desta pesquisa revelam que os contatos entre os parentes emigrados e os potenciais migrantes influenciam na decisão da efetivação do processo migratório. Pode-se perceber na comunidade que a migração de mulheres para o trabalho doméstico é algo frequente, as informações trazidas do local de destino, bem como o estilo de vida (condição socioeconômica) e a confiabilidade influenciam. Segundo relato de uma professora do Ensino Fundamental da escola da comunidade: “*as meninas mais jovens sonham em ir trabalhar como domésticas em Montes Claros*”.

Neste sentido são válidas as considerações de Kelly *apud* Truzzi (2008, p. 203): “as redes são agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos”. Para além disso, são configurações complexas que canalizam, filtram, direcionam e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos (TRUZZI, 2008).

O que se verifica é que as formas de sociabilidade presentes entre as mulheres migrantes de origem rural expressam relações de: proximidade, solidariedade, ajuda mútua, cujas relações são pessoalizadas em contrapartida às relações do local de destino, onde se estabelecem relações impessoalizadas e com vínculos precários. Em termos de pertencer, de fazer parte de uma comunidade, as migrantes mantêm hábitos culturais da sua comunidade, sem, contudo, deixar de assimilar os modos de vida urbanos. Por isso, é

possível notar um processo duplo de pertencimento entre a manutenção da tradição e a aproximação do novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideram-se, neste estudo, as experiências geográficas das mulheres em um curso de vida, em relação ao comportamento, as preocupações e as percepções daquelas que migram de comunidades rurais para atuar no trabalho doméstico, nas casas das famílias de classe média e alta nas cidades, em ciclos vitais jovens e intermediários da idade adulta, fato este ainda muito presente em nossa sociedade.

A feminização da migração interna ganha maior visibilidade no contexto migratório interno contribuindo para problematizar as visões cristalizadas de que a mulher migrante era subordinada ao homem durante o processo migratório, contrariando a ideia de que o rosto do migrante continua a ser o rosto de um operário e, portanto, de um homem, e assumir, definitivamente, que as mulheres são sujeitos centrais na história das migrações. Alguns autores consideram a feminização da migração como uma das cinco características que definem a atual era das migrações.

A inserção de homens e mulheres migrantes no mercado de trabalho evidencia questões do tipo: como se re-articulam as relações de gênero, a tônica da busca de melhores condições de vida para si, embora, mesmo com o advento da Proposta de Emenda à Constituição - PEC das domésticas², a contratação de uma empregada doméstica passou a ser uma forma de resolver as tensões de um contrato de gênero em crise sem alterar esse contrato e a uma nova morfologia do trabalho doméstico, que é a “diarização”, sem proteção social .

O trabalho doméstico tende a perpetuar hierarquias baseadas na condição socioeconômica, na raça e na etnia, e com a reversão neocolonial pela qual vem passando o Brasil, a crise estrutural do capitalismo e a expansão crescente da globalização para todas as dimensões da vida, o Estado mercantiliza as políticas sociais e passa a adotar uma agenda regressiva de retirada de direitos dos trabalhadores, em que boa medida impacta na vida das mulheres, no caso as mulheres migrantes empregadas domésticas ficam à mercê da fiscalização da PEC, mas, como meios de vida, acabam se sujeitando à

superexploração da sua força de trabalho como sustentação das relações do cuidado no seio da sociedade brasileira.

Ao analisar as novas relações sociais e de trabalho: “*Rumo à cidade*”, o projeto de “mudar de vida”, tendo a promessa de estudar como pano de fundo aliado à inserção no primeiro emprego que não requer educação formal, percebe-se que há, envolvido no processo, motivação pessoal e manutenção de um processo que já ocorre na comunidade.

Quanto às novas relações sociais, é comum encontrar, entre as mulheres migrantes, as redes de apoio que atuam na socialização destas migrantes na sociedade de destino, seja pelo contato *face a face* ou mediado pelo uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), como bem apontado por uma das entrevistadas quando questionada sobre o suporte social - quando podem se reunir elas o fazem nas praças dos bairros onde trabalham ou mantêm contatos através da plataforma *online* do *Facebook*®.

Nota-se, neste estudo, o papel das redes de parentesco na efetivação do projeto migratório, seja através das experiências migratórias conhecidas, seja pelo incentivo da vinda de outros familiares. Nesta pesquisa, elas são as pioneiras no movimento migratório familiar; a migração se processou na adolescência, configurando uma mudança na “esperança de uma vida melhor” que o trabalho doméstico na casa de terceiros poderia proporcionar. Entretanto, a maior parte dessas mulheres migrantes não chegou a alcançar seus objetivos causando apropriação, expropriação e ressignificações dos seus projetos de vida, e muitas se enveredam para a prostituição, sofrem violências e saem da pobreza rural para ingressar na pobreza urbana.

A existência das políticas públicas como o reconhecimento do trabalho doméstico não garante automaticamente que a mudança e a mobilidade social aconteçam, contribuindo para novas expressões das ruralidades como o esvaziamento dos distritos, o êxodo feminino, o envelhecimento e a “masculinização” do meio rural, comprometendo a sucessão da agricultura familiar ao dispersar a oferta de mão de obra e contribuindo para o *déficit* de matrimônio e, portanto, a formação de novas famílias.

As mulheres migrantes do distrito de Muquém, no município de Mirabela, no norte de Minas Gerais que foram “rumo à cidade” encontraram novos desafios, muitas relatam mais trabalho, mais afazeres nas “casas dos outros”, às vezes uma tripla jornada de trabalhos, pois, ao morarem nas casas, trabalham à noite e aos finais de semana; dilemas bem evidentes nesse momento, pois a lei da PEC, que foi uma conquista dessas

trabalhadoras, não tem sido referência para alcançar os postos de trabalho. Como em décadas passadas no século XX, a migração segue entre o fracasso e a esperança.

Notas

¹ “[...] mesmo estando situado na zona rural do município e, sendo legalmente considerado como parte integrante da zona urbana, o modo de ser e de viver de um distrito encontra-se muito mais sintonizado com o urbano do que com o rural” (PINTO, 2003, p. 60).

² Regulamentação das leis trabalhistas dos empregados domésticos, Proposta de Emenda à Constituição, PEC nº. 487, depois PEC nº. 66, a “PEC das Domésticas”, aprovada pelo Senado Federal em 26 de março de 2013.

REFERÊNCIAS

A HORA DA ESTRELA. Direção de Suzana Amaral. Rio de Janeiro: Raíz Produções Cinematográficas, 1985. 1 dvd (96 min.), son., color.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

ANGELIN, Paulo Eduardo. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares.** 2012. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

BELUSSO, Diane. **Relação cidade-campo e desenvolvimento rural.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, 4., 2008, São Paulo, **Anais...**, São Paulo, 2008. (p. 110-131).

BIAZZO, Pedro Paulo. **Campo e rural, cidade e urbano:** distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, 4., 2008, São Paulo, **Anais...**, São Paulo, 2008. (p. 132-150).

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil:** um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2012.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pêsoa; CÔRREA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CÔRTEZ, César Pêsoa. **“Novas ruralidades”, “novo rural” ou “urbanidades no rural”?** O município de Sumidouro/RJ como estudo de caso no rural fluminense. Disponível em: <www.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/25.pdf>. Acesso em: 23 maio 2013.

COSTA, Maria Cristina Santos. Nós das redes. **Revista Travessia**, São Paulo, ano 14, n. 40, mai./ago. 2001.

DAMIANI, Ana Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ENDLICH, Angêla Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (p. 11-31).

FARIA, Guélmer Júnior Almeida. **Do seu lugar para o lugar dos outros: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2014.

FAVARETTO, Arilson da Silva. A longa evolução da relação rural–urbano para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **RURIS**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 157-190, março de 2007.

FONSECA, Gildete Soares. **Reterritorialização de migrantes temporários mirabelenses**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 17., Caxambú - MG, de 20 a 24 de setembro de 2010, **Anais...**, Caxambú, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio de 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 maio 2015.

JALIL, Letícia Medeiros. **Reconfigurações do e no mundo rural: as mulheres e o habitus feminino**. 2006. 45 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
LÉFÈBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LISBOA, Tereza Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 805-821, Florianópolis, set. /dez. 2007.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. 23. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 81-101, jan./jul. 2011.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social - Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, v. 1, n. 8, p. 25-70, maio de 1996.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert. pertinência da categoria rural para análise do social. **Ciênc. Agrotec.**, Lavras, v.26, n.2, p.392-399, mar./abr., 2002.

NETO, Maria Inácia D'ávila.; NAZARETH, Juliana. **Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas**. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/315.%20redes%20sociais%20na%20experi%C3%ancia%20migrat%20ria%20de%20mulheres%20nordestinas.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha. **Travessias...** Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do norte de Minas Gerais. Uberlândia. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. O urbano e o rural: discussões teóricas e perspectivas de análise. **Seção Estudos**, Uberlândia, ano 3, n. 5, p. 71-77, jan./jun. 2010.

PINTO, Georges José. **Do sonho à realidade:** Córrego Fundo – MG, fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. Uberlândia. 2003. 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG-UFU), Uberlândia, 2003.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Mulheres migrantes: números iguais, desafios desproporcionais. **Ultrapassar barreiras:** mobilidade e desenvolvimento humano. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2009. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2009-portuguese-summary.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

RUA, João. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-66, 2007.

SANTOS, Gilmar Ribeiro; SILVA, Ricardo dos Santos. Os irrigantes do projeto Jaíba: da produção de subsistência à agricultura moderna. **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 349-372, outubro de 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Regina Bega. **Migração no Brasil**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SILVA, Rosimeire Oliveira; SILVEIRA, Yara; FONSECA, Gildette Soares. **Lugar:** ruralidade em Muquém Distrito de Mirabela-MG. In: COLÓQUIO CIDADE E REGIÃO: DINÂMICAS DOS ESPAÇOS URBANOS E RURAIS, 1., Montes Claros. **Anais...**, Montes Claros, 13 a 15 de setembro de 2010.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Hucitec, 2010.

SOARES, Weber. A emigração valadarensense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: MARTES, A. C. B.; FLEISCHER, S. R. (Org.). **Fronteiras Cruzadas:** etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (p. 111-129).

TODARO, M. P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: BNB/ENTENE, 1980. (p.145-172).

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

VALIM, Ana. **Migrações - da perda da terra à exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Recebido em 04/07/2017.
Aceito para publicação em 06/03/2018.